MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Proc. TC-000.770/2014-0
Tomada de Contas Especial

PARECER

À vista dos elementos contidos nos autos, pedimos vênias para dissentir da proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica à peça 13.

Há nos autos cópia de um Boletim Policial em que se noticia a ocorrência de incêndio no prédio da Prefeitura de Arari/MA em 21/10/2006 (peça 8). É possível que esse evento de fato tenha impedido o prefeito sucessor (Sr. Leão Santos Neto) de ter acesso a parte dos documentos necessários à prestação de contas. De acordo com as informações constantes à peça 8, o responsável assumiu a Prefeitura em 26/10/2006, após o incêndio e quando já tinham sido transferidas três das quatro parcelas destinadas ao Programa Brasil Alfabetizado.

Se os extratos bancários demonstrarem que os recursos referentes a essas primeiras três parcelas foram utilizados ainda na gestão do prefeito antecessor, não caberia responsabilizar o sucessor pela integralidade dos valores transferidos.

Nesse sentido, com o fim de melhor delimitar a responsabilidade sobre o dano apurado, parece-nos adequado, em preliminar, que se realize diligência junto à instituição financeira com o fim de se apurar as datas efetivas em que os valores foram dispendidos. Por oportuno, sugerimos também que se adote as ações necessárias para confirmação da data efetiva em que o referido responsável assumiu a prefeitura. Além da data mencionada acima (26/10/2006, peça 8, fl. 18), há no relatório da TCE referência a 25/11/2006 (peça 1, fl.64).

Para efeito da eventualidade a que se refere o art. 62, § 2º, do RI/TCU, caso o E. Relator considere desnecessária a medida ora alvitrada, manifestamo-nos de acordo com a proposta da unidade técnica constante à peça 13.

Ministério Público, em 22 de outubro de 2015.

(Assinado Eletronicamente)
Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador